

HU
SG.
PB
SSOS

RELATÓRIO DO JÚRI

Registo
Relatório n.º 4076 / 2017

Data da Informação
20/03/2017

Processo
2017/300.10.005/269

ASSUNTO: Relatório final do procedimento 2017/300.10.005/269 Aquisição de géneros alimentares para os Refeitórios escolares e municipal, carnes

Relatório Final

Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do procedimento: 2017/300.10.005/269 – **Ajuste Direto Regime Geral**

Objeto da contratação: Aquisição de géneros alimentares para os refeitórios escolares e municipal, carnes

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP, no dia 20 de março de 2017, reuniu o júri do processo de contratação para "Aquisição de géneros alimentares para os refeitórios escolares e municipal, carnes" a fim de proceder à elaboração do relatório final, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constante do relatório preliminar e propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes. -----

1. Audiência Prévia e ordenação das propostas:

Para efeitos de audiência prévia em reunião de 10 de março de 2017 o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e nos termos do art.º 123.º o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.-----

2. Proposta de Adjudicação

Considerando que durante o período fixado não existiram quaisquer observações dos concorrentes o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que propõe a adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente Luis Vitor de Jesus Campos Gonçalves, no valor de € 40.576,45

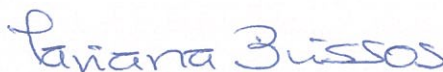
Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines

(quarenta mil quinhentos e setenta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos). -----

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual será acompanhada de presente relatório final e ser notificado o adjudicatário no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP. -----

Sines, 20 de março de 2017

Presidente do Júri



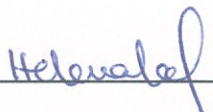
Mariana Brissos

1º Vogal



Sandra Gonçalves

2º Vogal



Helena Leal

sandra

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.